

Mapa Eleitoral

Crescimento eleitoral impulsiona Senador Canedo na disputa por vagas na Alego

Cidade registra alta de 85% no eleitorado desde 2010 e articula nomes para ampliar sua representação no Legislativo estadual.

Página 8

Goiânia

Prefeitura investe R\$ 12,8 milhões na construção de novas unidades básicas de saúde

USFs Vale dos Sonhos, Santa Fé e Grajaú ampliam estrutura da Atenção Primária, e há previsão de mais 30 UBSs.

Página 13



TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.856 • R\$ 2
Goiânia, de 02 a 08 de agosto de 2026

40 ANOS
Informação
que conecta
gerações



Entrevista

Antônio Lavareda
Cientista político

"Caiado pode restituir à direita as condições de vencer o presidente Lula"

O presidente de honra da Associação Brasileira das Pesquisas Eleitorais afirma que a alta aprovação de Caiado favorece a sucessão em Goiás e avalia que o ex-governador emerge como um dos principais nomes da direita na disputa pelo Palácio do Planalto.

Páginas 4 e 5

Legado de 2024

Avanço da direita e peso da religião devem marcar disputa

Resultados das eleições municipais mostram grupos conservadores mais estruturados, crescimento do PSD e maior capacidade de mobilização política das igrejas evangélicas, avalia a cientista política Silvana Krause.

Página 6

Eleição presidencial

O desafio nacional de Caiado

Ex-governador precisará ir além da gestão em Goiás e apresentar um projeto de país para consolidar sua candidatura ao Planalto.

Página 7

ESCOLA

Novo Plano Estadual de Educação mira desafios históricos em Goiás



Estado terá de ampliar a educação infantil, elevar a escolarização de adultos e fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para cumprir as metas da próxima década.

Páginas 14 e 15

Pesquisa

Quaest mostra que Daniel Vilela pode ser reeleito já no 1º turno

Único a crescer, governador alcança 50,7% dos votos válidos e, pela primeira vez, soma mais intenções de voto que seus adversários somados.

Página 9



Justiça Eleitoral

TSE faz parceria com big techs para combater fake news

As plataformas digitais têm prazo até 16 de agosto para entregar planos com ações preventivas contra a violência política de gênero, monitoramento de propaganda irregular, remoção de conteúdo e suspensão de contas.

Página 10

Editorial

Democracia e responsabilidade digital

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral de firmar parcerias com as principais plataformas digitais para enfrentar a desinformação nas eleições de 2026 é uma resposta necessária aos desafios impostos pelo ambiente virtual. Em um cenário em que informações falsas se espalham em poucos minutos e alcançam milhões de pessoas, a Justiça Eleitoral precisa de mecanismos que permitam agir com rapidez antes que o prejuízo à democracia se torne irreversível.

As redes sociais transformaram-se no principal espaço do debate público, mas também em terreno fértil para campanhas organizadas de manipulação da opinião. Nos últimos anos, a desinformação passou a ter um alvo recorrente: a própria Justiça Eleitoral. Ao lançar dúvidas infundadas sobre o sistema de votação e a lisura das eleições, busca-se enfraquecer a confiança da população nas instituições e na legitimidade do voto.

Nesse contexto, a cooperação entre o TSE e as big techs deve ser compreendida como um instrumento de proteção da democracia, e não como restrição à liberdade de expressão. A previsão de monitoramento, canais diretos de comunicação, remoção mais ágil de conteúdos ilícitos e suspensão de contas utilizadas para disseminar fake news representa um avanço importante na defesa da integridade do processo eleitoral.

É evidente que nenhum acordo eliminará, sozinho, a indústria da mentira. A inteligência artificial tornou ainda mais sofisticada a produção de vídeos, áudios e imagens manipulados, ampliando o potencial de enganar eleitores. O enfrentamento continuará exigindo fiscalização permanente, aplicação rigorosa da legislação e educação digital da sociedade.

Ainda assim, a iniciativa aponta na direção correta. Plataformas que concentram milhões de usuários não podem permanecer indiferentes aos efeitos do conteúdo que hospedam e impulsionam. Fazer cumprir as regras eleitorais não beneficia este ou aquele candidato. Protege o direito do cidadão de formar sua convicção a partir de informações verdadeiras e preserva a credibilidade das instituições. Sem esse compromisso coletivo, a democracia continuará sendo um dos principais alvos da desinformação.

Artigo

MDB e PSDB prometem a convenção mais eletrizante da política goiana

Durante décadas, MDB e PSDB protagonizaram alguns dos capítulos mais marcantes da política de Goiás. Foram adversários históricos, travaram disputas memoráveis e moldaram o cenário político do Estado por gerações.

Sob o comando de Marconi Perillo, o PSDB viveu seu auge eleitoral. Os tucanos venceram quatro eleições para o Governo de Goiás diante do MDB. Marconi derrotou Iris Rezende e Maguito Vilela em confrontos diretos e, indiretamente, também contribuiu para a eleição de seu então aliado Alcides Rodrigues, consolidando um longo ciclo de protagonismo tucano.

Curiosamente, a história reserva suas ironias. O próprio Marconi Perillo tem suas raízes políticas no MDB. Antes de construir a trajetória que o transformaria na principal liderança tucana de Goiás, foi presidente do MDB Jovem no Estado e também em âmbito nacional. Na época em que Iris Rezende governava Goiás, Marconi aproximou-se de

Henrique Santillo, que se tornaria seu maior padrinho político e uma das figuras mais importantes de sua formação pública.

Agora, em 2026, o destino recoloca MDB e PSDB frente a frente.

De um lado, os tucanos apostam novamente na experiência e no capital político de Marconi Perillo para tentar retornar ao Palácio das Esmeraldas. Do outro, o MDB apresenta Daniel Vilela, herdeiro político de Maguito Vilela e atual principal liderança da legenda no Estado.

Como se a rivalidade histórica já não bastasse, as convenções estaduais dos dois partidos foram marcadas para o mesmo dia: 5 de agosto. E há um detalhe simbólico que chama atenção: ambas se encerram exatamente às 23h59, no último minuto permitido pelo calendário eleitoral. Um retrato perfeito de uma disputa que promete durar até o apagar das luzes das convenções. A expectativa é de um ambiente eletrizante. Pode até sair faísca.

Nos bastidores, as estratégias são diferentes,

mas igualmente ambiciosas. O MDB trabalha para preservar uma base política que se tornou uma das maiores já vistas em Goiás, buscando manter unido um amplo arco de alianças em torno da candidatura de Daniel Vilela. Já o PSDB aposta na experiência de Marconi Perillo e na capacidade de atrair partidos e lideranças hoje alinhados ao grupo governista, redesenhando o tabuleiro político para a disputa de outubro. As convenções do dia 5 de agosto devem oficializar candidaturas e consolidar alianças, etapa decisiva do calendário eleitoral.

Façam suas apostas!



Rodrigo Zani
é Secretário de Formação Política da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar do Brasil - UNICAFES

Artigo

Arcabouço fiscal sob pressão: os desafios das contas públicas brasileiras

Tenho alertado para um dos principais problemas da gestão do presidente Lula: a realização de gastos de caráter eleitoral sem o devido controle fiscal. Essa preocupação tem sido recorrente em editoriais dos principais jornais do país e nas análises de economistas, que apontam riscos crescentes para as contas públicas.

O cenário internacional já é marcado por juros elevados e, internamente, os gastos do governo colocam em xeque o próprio ajuste fiscal que a administração propôs. As projeções indicam que a dívida pública poderá alcançar 99,8% do PIB em 2035 caso essa política seja mantida. Para

2026, a previsão é de um endividamento de 83,2% do PIB, acima dos 71% registrados ao fim do governo Bolsonaro.

O governo ampliou despesas sem respeitar sequer o arcabouço fiscal, transformando exceções em regra. O resultado é um país com elevada carga tributária, juros que sufocam as empresas e um aumento expressivo dos pedidos de recuperação judicial. A economia brasileira vive um momento preocupante, e qualquer governo que assumir em 2027 encontrará um cenário extremamente difícil.

Além das dificuldades internas, o Brasil enfrenta um ambiente internacional instável, marcado por tensões geo-

políticas e oscilações no preço do petróleo. Ainda assim, o governo insiste em ampliar os gastos públicos.

Sou favorável ao Bolsa Família, desde que haja controle e planejamento. No entanto, o programa tem sido conduzido de forma a estimular a dependência, sem mecanismos efetivos de inserção no mercado de trabalho. Milhões de famílias permanecem no benefício há anos, enquanto milhares de vagas continuam abertas por falta de mão de obra interessada.

Esse modelo assistencialista não promove desenvolvimento econômico. Ao contrário, contribui para manter juros elevados, infla-

ção, aumento da dívida pública e maior carga tributária, ao mesmo tempo em que reduz a competitividade do país e limita o crescimento do PIB.

A esse quadro soma-se o inchaço da máquina pública. Sob o discurso de reconstrução do Estado, o governo ampliou estruturas administrativas e cargos, onerando o contribuinte sem entregar ganhos proporcionais em eficiência. A combinação entre expansão dos gastos, insegurança fiscal e perda de credibilidade compromete a atração de investimentos privados e impõe ao próximo governo a necessidade de promover um duro ajuste nas contas públicas.

Foto: Andreia Tarelow



Ives Gandra da Silva Martins
é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifício, UnifMU, do Ciee/O Estado de S. Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).



Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais

f Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516



Tribuna Política
Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Preferido

Vice-presidente do União Brasil em Goiás, Waldir Soares afirma que, se as convenções fossem hoje, o ex-senador Luiz do Carmo teria a indicação encaminhada para a vice na chapa do governador Daniel Vilela. “Ele tem o apoio do segmento evangélico e de parcela do setor agropecuário, além da confiança do governador e também de Caiado. Acredito que seria uma boa escolha”, pontua à coluna.

No páreo

Waldir também avalia que, se houver surpresa na escolha do vice, ela pode sair da Assembleia Legislativa de Goiás, com o presidente da Casa, Bruno Peixoto. “Ele não tem trabalhado para ser candidato a deputado federal. Tem trabalhado para ser governador de Goiás, e pode acontecer em algum momento. É o sonho dele”, diz. “Falo isso sem torcida alguma. Não sou aliado dele. Recentemente, tivemos atritos.”

Foco em Brasília

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Bruno Peixoto, reforça que será candidato a deputado federal e liderará a chapa da Federação União Progressista na disputa pela Câmara. “Trabalhamos para levar nossas pautas a Brasília e defenderemos a reeleição de Daniel Vilela ao Governo de Goiás. Isso está posto e está decidido”, afirma à coluna.

Igreja no ninho

Circulou nos últimos dias que a Convenção Nacional das Assembleias de Deus Ministério de Madureira poderia retirar o apoio ao governador Daniel Vilela caso o ex-senador Luiz do Carmo não seja contemplado com a vice. Irmão do presidente da entidade, bispo Oídes do Carmo, Luiz é tratado como indicação do grupo, e uma eventual frustração poderia aproximar o Podemos do ex-governador Marconi Perillo.

Negativa

O ex-senador Luiz do Carmo nega qualquer movimento de desembarque. “Domingos, disse e repito: vou ficar triste dois ou três dias, mas o apoio a Daniel é intransferível. O Podemos é Daniel, independentemente de qualquer coisa. A possibilidade de rompimento não é nem zero. É abaixo de zero”, afirma. Luiz está filiado ao PSD, mas praticamente todo o seu grupo político permanece no Podemos.

Anápolis de olho em 2026

Dos 23 vereadores de Anápolis, cinco devem disputar as eleições de 2026. Jean Carlos (PL) mira uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás. Para a Câmara dos Deputados, trabalham projetos Wederson Lopes (União Brasil), Policial Federal Suender (PL), Alex Martins (PP) e João da Luz (Cidadania).

43 nomes em jogo

Levantamento da coluna aponta que Anápolis pode levar 43 candidatos às urnas em 2026, sendo 19 para a Câmara dos Deputados e 24 para a Alego. Entre os nomes estão o deputado federal Rubens Otoni (PT), o deputado estadual Amilton Filho (MDB), o ex-prefeito Antônio Gomide (PT) e vereadores como Suender Silva (PL), Wederson Lopes (União Brasil), Alex Martins (PP) e Jean Carlos (PL). A lista ainda deve passar por cortes nas convenções.

As convenções e as disputas antes das disputas

Enquanto algumas alianças chegam prontas, outras ainda precisam resolver vagas, vetos e insatisfações



As convenções entram na reta final em Goiás sem um problema único. Há chapas quase fechadas, alianças com candidatos demais para os espaços disponíveis e grupos que ainda procuram nomes para completar a fotografia.

Na esquerda, o ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno foi empurrado para a candidatura ao governo depois que a deputada federal e presidente do PT em Goiás, Adriana Accorsi, e a vereadora e presidente do PSB em Goiás, Aava Santiago, mantiveram os projetos para a Câmara. O presidente nacional do PT, Edinho Silva, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscaram outra alternativa, mas Luis Cesar ficou com a missão.

A vice deve ser indicada pelo PDT, com o advogado e ex-procurador-geral da Câmara de Goiânia Carlos Mundim como nome mais cotado. No Senado, a tendência é que a presidente do PSOL em Goiás, Cíntia Dias, e a ex-deputada estadual Isaura Lemos, do PSB, ocupem as duas vagas. O ex-deputado federal Aldo Arantes, do PCdoB, e o nome apresentado pelo PV devem ficar fora da majoritária. A frente fecha a chapa, mas abre uma conta com os partidos preteridos.

No campo tucano, ocorre o contrário. O ex-governador e ex-presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, tem a candidatura ao governo, mas ainda não montou o restante da chapa. O ex-procurador-geral da Alego e presidente do Cidadania em Goiás, Iure Castro, apresenta-se ao Senado, sem garantia de confirmação.

Marconi acompanha as convenções adversárias à espera de dissidentes ou nomes sem espaço em outras alianças. A dificuldade é que o governador Daniel Vilela caminha para reunir quase 12 partidos, reduzindo o estoque de possíveis aliados.

O senador Wilder Moraes chega mais adiantado. O PL definiu a advogada Ana Paula Rezende para a vice e acomodou o deputado federal Gustavo Gayer e o vereador por Goiânia Oséias Varão nas vagas ao Senado. Depois de meses de atrito, Wilder e Gayer fumaram o cachimbo da paz. A chapa está pronta.

Daniel também tem estrutura avançada, mas ainda não resolveu as posições mais sensíveis. Nos bastidores, a tese é que o ex-governador Ronaldo Caiado defende o ex-secretário-geral de Governo Adriano da Rocha Lima para a vice, enquanto Daniel resiste à indicação.

No Senado, a ex-primeira-dama Gracinha Caiado, o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia e presidente da Federação PRD-Solidariedade em Goiás, Gustavo Mendanha, e o deputado federal Zacharias Calil seguem na disputa. Recusos já não são discutidos, embora as pressões existam. Calil recorreu ao presidente nacional do MDB, Baleia Rossi, para manter a candidatura e, até aqui, conseguiu.

Não há nenhum sinal de racha entre Daniel e Caiado, apesar das narrativas que a oposição tenta colocar. Há, sim, tensão real, concentrada na definição da vice e no espaço de cada grupo. As convenções vão oficializar candidatos e, claro, também mostrarão quem venceu as disputas internas e quem ficou com a conta.

Freio nos repasses

O Tribunal de Contas dos Municípios suspendeu cautelarmente novos repasses e termos de fomento da Prefeitura de Goiânia com o Instituto Léo Moura Sports até a conclusão das análises das prestações de contas de 2023 e 2024. Relator do processo, o conselheiro Humberto Aidar ressaltou que a medida é preventiva e não representa julgamento antecipado sobre a entidade. O Instituto já recebeu emendas do vereador Igor Franco (Podemos) e de Welton Lemos (Novo).

Contrato no tanque

A Prefeitura de Goiânia rompeu unilateralmente o contrato firmado com a Alvo Ambiental para limpeza por dragagem e hidrojateamento dos dois tanques dos hipopótamos do Zoológico. O serviço previa quatro intervenções em 12 meses, com retirada estimada de 350 metros cúbicos de resíduos por limpeza, mas o distrato foi fundamentado na inexecução total do acordo.

Frota milionária

A Prefeitura de Goiânia contratou por R\$ 5,3 milhões anuais a locação de veículos leves e de transporte de passageiros, sem motorista, para atender as secretarias de Administração, Saúde e Engenharia de Trânsito. O valor mensal é de R\$ 442,2 mil, com vigência inicial de 12 meses. O extrato prevê possibilidade de prorrogação por até dez anos.

Ensino sob avaliação

O governador Daniel Vilela criou uma comissão permanente para avaliar gestão, ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. O colegiado terá representantes do governo, da UEG, da Fappeg, do Conselho Estadual de Educação e de instituições municipais e privadas. Suas decisões somente produzirão efeitos depois de homologadas pelo governador.

Volta às boas

A pré-campanha deste ano colocou lado a lado novamente o prefeito Fernando Pellozo (UB) e o senador Vanderlan Cardoso (PSD). No meio, a volta de recursos em emendas parlamentares para investimentos em áreas como saúde e pavimentação, em Senador Canedo. Vanderlan é o segundo voto de Pellozo para o Senado neste ano. O primeiro já estava comprometido com Gracinha Caiado (UB).

Entrevista

Antônio Lavareda

Cientista político e presidente de honra da Associação Brasileira das Pesquisas Eleitorais

'Caiado pode devolver competitividade à direita'

Presidente de honra da Associação Brasileira das Pesquisas Eleitorais afirma que a alta aprovação de Caiado favorece a sucessão em Goiás e avalia que o ex-governador emerge como um dos principais nomes da direita na disputa pelo Palácio do Planalto

» Andréia Bahia e Domingos Ketelbey

Antônio Lavareda é um dos cientistas políticos e especialistas em opinião pública mais respeitados do país. Presidente de honra da Associação Brasileira das Pesquisas Eleitorais (Abrapel), consultor de campanhas eleitorais em mais de duas dezenas de estados e estudioso do comportamento do eleitor, ele analisa, nesta entrevista à Tribuna do Planalto, os efeitos da alta apro-

vação de Ronaldo Caiado sobre a sucessão em Goiás, o peso da escolha do candidato a vice, a disputa pelo governo estadual e o cenário da eleição presidencial de 2026. Para Lavareda, a candidatura de Caiado ganha relevância nacional em meio às incertezas na direita e pode se tornar uma das principais alternativas na corrida ao Palácio do Planalto.

TRIBUNA DO PLANALTO

O ex-governador Ronaldo Caiado deixa o governo e o entrega para o governador Daniel Vilela com uma aprovação de cerca de 80%. Qual a capacidade do sucessor, no caso Daniel Vilela, de converter essa aprovação em resultado eleitoral?

ANTÔNIO LAVAREDA

Em primeiro lugar, nas eleições, os incumbentes têm uma vantagem conhecida, chamada de vantagem do incumbente. Isso existe em

todas as categorias de eleição no Brasil e mundo afora. O cientista político Adam Przeworski, no seu livro *Por que Eleições Importam*, estima em 80% os episódios eleitorais com vitórias do incumbentes nas democracias em todo o mundo. Quando o incumbente tem uma avaliação superlativa, como a do ex-governador Caiado, a capacidade de transferência dele para o seu sucessor no cargo, o vice que assume, é muito grande. É óbvio que ele não consegue transmitir esses 80%, mas transmite uma porção bastante razoável. Estabelecer qual é o percentual é um exercício não muito recomendável, porque depende de circunstâncias específicas, depende até do grau de carisma de cada um dos beneficiados por esse apoio. Por exemplo, em 2010, recordemos um exemplo clássico, Lula tinha 80% de aprovação ao final do seu governo. Dilma Rousseff se elegeu no segundo turno com 56% dos votos. Assim que nós devemos refletir a respeito.



Embora não se veja sinais muito fortes ainda de erosão eleitoral do senador Flávio, já se percebe com nitidez sinais de fragilização política da candidatura. E os movimentos políticos costumam preceder os movimentos eleitorais.



O eleitor consegue fazer essa separação de continuidade e da associação da imagem do próprio sucessor?

Lógico, o eleitor, quando ele aprova, quando ele avalia positivamente de forma superlativa um gestor, o que ele deseja é a continuidade. Quando é possível a reeleição, ele reconduz esse gestor. Quando não é possível, ele atribui ao candidato apoiado pelo gestor que ele aprovou a capacidade de desenvolver uma administração no mínimo assemelhada em qualidade à daquele gestor que saiu do cargo.

De forma inédita em Goiás, acompanhamos campanhas para indicação de vice na chapa governista. O senhor já viu uma eleição com campanha pela vice?

Isso eu já assisti em alguns estados. Já fiz campanha, já fui consultor e já trabalhei em cerca de 25 estados da federação. Então, já vi de tudo. Para mim não é novidade, sobretudo e principalmente quando o candidato é visto como um franco favorito. Isso estimula muito o apetite por essa posição de vice. Mais ainda no caso de um candidato, como o atual governador de Goiás, que por já ter assumido o governo agora, será governador de um só mandato. Os vices têm a possibilidade de virem assumir o governo adiante. Isso é natural.

Qual é o peso que o vice tem numa eleição majoritária? Ele pode agregar votos ou reduzir rejeições?

O vice sempre agrega alguma coisa, e são coisas diferentes. Adiciona, às vezes, um peso específico em uma região; outras vezes, agrega por ponto de vista de imagem, ou porque é mais jovem, ou porque é mais velho que o candidato a titular; ou por sexo, porque é de um sexo diferente agrega aquele outro eleitorado, uma vice-mulher; ou, às vezes, porque é ligado a uma determinada religião, então, complementa, do ponto de vista de religião, o arco da candidatura. Há os mais diferentes motivos. Os vices sempre agregam, mas nunca você assistirá ao fato de que a escolha do vice terá sido algo determinante para o resultado de uma eleição.

A definição do vice é importante, mas ela não ajuda a definir a eleição?

A formulação mais adequada, eu diria, a escolha do vice é muito importante, mas não resolve a eleição.

Em Goiás tem um pretendo candidato a vice ligado à convenção das Assembleias de Deus, outro mais ligado ao agronegócio e outro, que



Quando o incumbente tem uma avaliação superlativa, como a do ex-governador Caiado, a capacidade de transferência dele para o seu sucessor no cargo, o vice que assume, é muito grande.

teria a preferência de Caiado, mais ligado ao funcionalismo público. Esses segmentos são importantes na construção de uma chapa?

Todos esses segmentos que você mencionou são importantes. E, obviamente, a avaliação da importância de cada um deles tem que ser contextual, tem que ser em função da competição eleitoral. Ou seja, como é que está o candidato em relação aos seus adversários em cada um desses segmentos, ou no eleitorado de cada um desses segmentos. O cálculo disso exige um conhecimento mais aprofundado da realidade da campanha, do ponto de vista do tabuleiro da competição.

Todos esses pretensos candidatos pertencem a uma mesma base e querem ser vice de uma pessoa. A disputa poderia produzir um efeito contrário, causar fissuras dentro do grupo?

As disputas sempre geram algum tipo de insatisfação, porque tem um escolhido e outros preteridos. Isso gera sempre uma insatisfação, mas nada que não seja superado pela expectativa de vitória do titular. A expectativa de vitória sobrepuja a tudo e, adiante no percurso, produz a convergência de todo o arco de alianças.

Lula e Flávio Bolsonaro mantêm a liderança nas pesquisas e nada indica uma mudança nesse cenário. Renan Santos, do Missão, e o ex-governador Ronaldo Caiado estão avançando, mas sem ameaçar os dois líderes. O que explica essa polarização?

O que nós temos no momento é a aparência de um remake, de uma reedição da luta, do enfrentamento de 2022. Lembrar que em 2022, no primeiro turno, Bolsonaro e Lula tiveram 92% dos votos. No momento, configura-se um cenário parecido, pelo menos na aparência, como eu estou dizendo.

Por quê? Porque a candidatura de Flávio Bolsonaro se mostra vulnerável, mais vulnerável do que se supunha anteriormente. Se não, vejamos: entre dezembro e abril, o candidato Flávio teve uma subida meteórica. Em abril, em boa parte das pesquisas, ele ultrapassou, sobrepujou o presidente Lula. E ele tinha, até aquele momento, uma rejeição baixa, ou relativamente baixa. De repente, de abril para cá, nós estamos falando de dois meses e meio depois das revelações do caso Daniel Vorcaro, nas sucessivas pesquisas, são mais de 12 pesquisas, o candidato Flávio perde todas elas para Lula, e em pelo menos em uma delas, o único candidato que conseguiu ultrapassar Lula foi o ex-governador do Goiás, Ronaldo Caiado, e, nas demais, Flávio Bolsonaro tem um desempenho no segundo turno assemelhado ao dos outros candidatos da direita, mas lembrando que esses outros candidatos têm uma taxa de conhecimento bastante inferior à dele. Ou seja, é uma má notícia para o candidato do PL. E todo dia a imprensa especula com novas revelações, com novas diligências policiais alvejando as relações do senador Flávio. E isso conduz ao eleitorado da direi-

ta uma situação de ansiedade que, eventualmente, pode levar, em algum momento, a uma deserção de uma fatia de eleitores ou, por exemplo, de um segmento de políticos. O noticiário veiculado sempre mostra, traz notícias de políticos do campo da direita que evitam a aproximação com o senador por conta do desgaste atual e, pior ainda, do possível desgaste que ainda estaria por vir nas próximas semanas. Tudo isso faz da candidatura de Flávio ainda um barco sem a necessária estabilidade para iniciar a campanha oficial, que começa agora na segunda quinzena de agosto. Há uma aparência, há uma sensação de que a candidatura do senador Flávio ainda é um projeto provisório. Até o momento não tem um vice, pelo menos um vice escolhido,

e há muita incerteza em redor do candidato, o senador Flávio Bolsonaro. Diferentemente de 2022, quando o PL rapidamente reuniu uma coalizão com os republicanos, com os progressistas e com o União Brasil. Nós precisamos ver como se dará o processo de recuperação, ou não, das condições de competitividade do senador Flávio. Sintetizando, embora não se veja sinais muito fortes ainda de erosão eleitoral do senador Flávio, já se percebe com nitidez sinais de fragilização política da candidatura. E os movimentos políticos costumam preceder os movimentos eleitorais.

As pesquisas, longe de fazer um exercício de futurologia, no agregador de pesquisas, ajudam a identificar tendências. Na atual conjuntura,

qual é a tendência da eleição deste ano?

Na atual conjuntura, a tendência é que, se o senador Flávio for o candidato que continue com maior força no campo da direita e vá para o segundo turno, as pesquisas hoje, todas ou 95% delas, apontam uma provável vitória do atual presidente, do incumbente.

É isso que nós temos hoje da leitura das pesquisas de primeiro e de segundo turno. Agora, como eu disse, a partir da política, esse quadro ainda pode mudar.

O que as pesquisas, no agregado, apontam sobre o restante da campanha presidencial do ex-governador Ronaldo Caiado?

Há um consenso formado no país, isso entre analistas, entre o mercado e boa parte dos empresários - eu vi isso, por exemplo, na segunda-feira, quando eu fiz uma apresentação no almoço do Lide (Grupo de Líderes Empresariais) presidido pelo ex-governador João Dória, em São Paulo, e abertamente, se colocava isso que eu vou repetir - boa parte do empresariado ansiando pela desistência, afastamento, chamemos como chamemos, o afastamento do senador Flávio. E, abertamente, mencionando o nome do ex-governador Ronaldo Caiado como aquele nome que pode, de fato, restituir à direita as condições de enfrentar, vencer e ter êxito, numa campanha contra o presidente Lula no segundo turno deste ano de 2026.



Em mais de 12 pesquisas, o candidato Flávio perde todas elas para Lula, e em pelo menos em uma delas, o único candidato que conseguiu ultrapassar Lula foi o ex-governador do Goiás, Ronaldo Caiado.

Eleições 2026

Avanço da direita e peso da religião

devem marcar disputa de 2026

Resultados das eleições municipais mostram grupos conservadores mais estruturados, crescimento do PSD e maior capacidade de mobilização política das igrejas evangélicas

» Por Lucas de Godoi

A disputa eleitoral de 2026 será influenciada pela consolidação da direita nos municípios, pelo fortalecimento de partidos com ampla presença territorial e pelo peso crescente da identidade religiosa na mobilização dos eleitores. Os movimentos observados nas eleições municipais de 2024 mostram que essas forças chegam ao novo ciclo eleitoral com bases locais mais estruturadas, presença nas câmaras de vereadores e capacidade de participação na formação dos palanques estaduais e nacionais.

A avaliação é da cientista política Silvana Krause, que aponta as eleições municipais como um importante instrumento para compreen-

der a reorganização das forças políticas no País. Segundo ela, embora o resultado de uma eleição para prefeito não possa ser transferido automaticamente para a disputa presidencial, o desempenho nos municípios revela quais partidos, grupos ideológicos e redes sociais possuem maior capilaridade para enfrentar uma eleição geral.

“A alma da política inicia muito no poder local. Observando as eleições municipais anteriores, ficou cada vez mais claro o quanto elas sinalizam aspectos importantes para uma eleição nacional”, afirmou Silvana em entrevista à Tribuna.

Esse peso dos municípios está relacionado ao papel exercido por prefeitos, vereadores e lideranças regionais na organização das cam-

panhas. São esses agentes que aproximam os candidatos do eleitorado, articulam alianças, organizam agendas, mobilizam apoiadores e oferecem estrutura política nos estados, sobretudo em regiões onde as campanhas nacionais dependem de redes locais para ampliar sua presença.

Ultradireita deixou de ser movimento circunstancial

Um dos principais sinais identificados nas eleições municipais é que o crescimento da ultradireita não pode mais ser interpretado como consequência exclusiva da eleição presidencial de 2018 ou da ascensão do bolsonarismo. Os resultados dos últimos pleitos indicam que este grupo político passou a ocupar espaços permanentes no sistema político, com pre-

sença crescente nas prefeituras, câmaras municipais e estruturas partidárias.

Silvana observa que os primeiros sinais desse fenômeno já podiam ser percebidos nas eleições municipais de 2016, quando o desgaste das legendas tradicionais abriu espaço para novas lideranças e discursos identificados com a direita. Desde então, esse campo político ampliou sua estrutura e conseguiu se manter competitivo mesmo diante das mudanças de conjuntura nacional.

“Esse tipo de direita que vem aparecendo não é meramente fruto de um contexto. Ela está se estruturando e vem se consolidando”, explicou.

A expansão municipal oferece condições para que essas forças lancem candidatos competitivos a deputado

estadual e federal, participem das chapas para o Senado e exerçam influência sobre as disputas pelos governos estaduais. A presença territorial também amplia a capacidade de sustentar campanhas presidenciais, ainda que não exista uma relação direta entre a votação obtida por prefeitos e o desempenho de um candidato nacional.

Mais do que antecipar quem vencerá a eleição, os resultados municipais mostram que a ultra direita chega à disputa deste ano com redes organizadas, lideranças locais e uma identidade política que se manteve ativa depois de 2018. Essa consolidação deve se refletir tanto nas eleições majoritárias quanto na composição do Congresso Nacional e das assembleias legislativas.

PSD ganha espaço nas articulações estaduais

Ao lado da consolidação da ultradireita, o crescimento do PSD aparece como outro movimento com potencial para interferir nas eleições de 2026. Desde sua estreia eleitoral, em 2012, o partido ampliou progressivamente sua presença nos municípios e encerrou a eleição de 2024 com o maior número de prefeituras conquistadas no País.

Para Silvana, esse desempenho transformou a legenda em um ator relevante nas articulações estaduais e nacionais, principalmente porque a presença de prefeitos e lideranças locais amplia o poder de negociação do partido na construção de alianças e na definição dos palanques.

“O partido vem crescendo e se tornando um ator importante nas articulações para as eleições nos estados e também para a eleição nacional, como um ator mobilizador”, afirmou.

A força municipal não significa necessariamente que o PSD será o principal protagonista da disputa presidencial, mas permite que a sigla tenha participação decisiva na formação das chapas estaduais, na distribuição dos apoios e na organização das candidaturas proporcionais. Em estados onde a eleição apresenta maior equilíbrio, a estrutura partidária presente nos municípios pode ser determinante para o desempenho dos candidatos.

A capilaridade também favorece a disputa por vagas na Câmara dos Deputados e nas assembleias legislativas, já que prefeitos, vereadores e lideranças regionais costumam desempenhar papel importante na construção das bases eleitorais dos candidatos. Dessa forma, mesmo que o partido não concentre sua estratégia na Presidência da República, poderá ampliar sua representação e seu peso político a partir dos resultados estaduais.

Identidade religiosa

A presença crescente das igrejas evangélicas nas câmaras municipais é outro elemento que deverá influenciar a eleição deste ano. Segundo Silvana, o avanço de candidaturas identificadas com grupos religiosos demonstra que a fé continua funcionando como uma importante forma de pertencimento e mobilização política no Brasil.

Esse fenômeno ganha relevância diante da baixa confiança de parte do eleitorado nos partidos políticos, que enfrentam dificuldades para manter vínculos permanentes com a população. As igrejas, por outro lado, possuem presença constante nas comunidades, promovem encontros frequentes, formam lideranças e mantêm redes de comunicação capazes de alcançar diretamente seus integrantes.

“A identidade religiosa é um importante mobilizador do eleitorado brasileiro, especialmente numa tradição política em que os partidos são a instituição que o eleitor brasileiro menos confia”, disse.

A influência religiosa não se restringe às candidaturas de pastores, bispos ou dirigentes de igrejas, mas também aparece na definição das pautas eleitorais, nos discursos das campanhas e na disputa por votos entre candidatos que procuram se aproximar desse segmento. A eleição de vereadores ligados às igrejas fortalece essas redes e cria estruturas locais que podem ser novamente mobilizadas nas disputas estaduais e nacionais.

“A religião vai ser novamente uma questão importante na eleição nacional. A representação dos evangélicos foi muito sintomática nas câmaras municipais”, acrescentou Silvana.

Essa participação deverá ser percebida tanto na eleição presidencial quanto nas disputas para o Congresso, onde temas ligados a valores, costumes e identidade religiosa tendem a ocupar espaço relevante. Ao mesmo tempo, partidos e candidatos deverão disputar o apoio de lideranças religiosas que possuem influência direta sobre comunidades e grupos organizados.



A análise de Silvana integra o livro *Eleições Municipais e o que antecipam para 2026*, organizado por ela e pelos cientistas políticos Antonio Lavareda e Helcimara Telles. A obra será lançada pela FGV Editora na segunda-feira, 3 de agosto, durante o 15º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, em Belém.

Análise

Desafio Caiado

Com trajetória consolidada em Goiás, o ex-governador terá de ir além do confronto político e construir uma agenda nacional própria para ganhar competitividade na disputa presidencial

» Domingos Ketelbey

O ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, já escolheu os adversários de sua segunda campanha pelo Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa, em seu discurso, um governo que precisa ser encerrado. O senador Flávio Bolsonaro encarna uma direita submetida ao sobrenome e à tutela política do pai. Entre os dois, porém, Caiado ainda não apresentou uma candidatura capaz de sobreviver sem a presença permanente de ambos.

Na convenção que oficializou seu nome, o candidato do PSD repetiu a fórmula. Atacou Lula, confrontou Flávio e tentou convencer a plateia de que a polarização interessa justamente aos dois favoritos. A estratégia produz manchetes, demarca território e oferece ao goiano um lugar no debate. Não responde, por si só, ao que ele pretende fazer com o país. Bater em Lula e Flávio não é o mesmo que discurrir o Brasil.



Até aqui, Caiado aparece com mais nitidez quando aponta as fragilidades dos adversários. Contra Lula, reúne críticas à economia, à política externa, à corrupção e ao combate ao crime organizado. Contra Flávio, questiona a experiência, a autonomia e a insistência em reproduzir a agenda do pai.

Existe, porém, uma janela política para a candidatura.

Em entrevista a esta edição da Tribuna do Planalto (leia nas páginas 4 e 5), o cientista político Antônio Lavareda afirmou que analistas, agentes do mercado e parte do empresariado já discutem a substituição de Flávio por um nome mais competitivo da direita.

Lavareda relatou ter percebido esse movimento durante encontro do Lide,

em São Paulo, no último dia 23 de julho. De acordo com ele, parte do empresariado deseja o afastamento de Flávio e menciona Caiado como o nome que pode “restituir à direita as condições de enfrentar, vencer e ter êxito” contra o presidente Lula num eventual segundo turno.

A avaliação mostra que Caiado não disputa ape-

nas espaço retórico. Há setores interessados numa candidatura conservadora menos dependente da família Bolsonaro e com experiência administrativa. Isso, no entanto, representa uma oportunidade, não uma candidatura pronta.

O ataque a Flávio ganhou força depois que o senador voltou a questionar as urnas eletrônicas diante de embaixadores. Caiado disse que o encontro poderia ter sido usado para abrir mercados e atrair investimentos. A crítica expôs uma diferença possível: enquanto o bolsonarismo continua preso à contestação eleitoral, Caiado tenta falar como alguém interessado no funcionamento do Estado e da economia.

A diferença perde clareza quando o próprio candidato promete fazer da anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro o primeiro ato de um eventual governo. Caiado critica Flávio pela dependência em relação ao pai, mas escolhe como gesto inaugural uma medida destinada à principal causa política de Jair Bolsonaro e de sua família.

A contradição ajuda a explicar por que a candidatura ainda não encontrou identidade própria

Caiado surgiu na política nacional antes do bolsonarismo. Sua formação está na direita ruralista dos anos 1980, na defesa da propriedade privada, do agronegócio, da autoridade do Estado e de uma economia menos submetida à burocracia. Foi deputado federal, senador e governador. Não precisa de Bolsonaro para justificar sua presença no campo conservador.

Mesmo assim, ainda disputa uma espécie de certificado de fidelidade com o grupo que afirma querer superar. Ao prometer anistia e mirar o eleitor mais fiel ao ex-presidente, preserva pontes com a base bolsonarista. Ao atacar Flávio, tenta convencer essa mesma base de que pode representá-la melhor. O movimento abre espaço eleitoral, mas mantém sua campanha dentro da polarização que diz combater.

O problema se repete na relação com Lula. Caiado

possui críticas suficientes para organizar uma campanha de oposição. O que ainda falta é apresentar um projeto nacional com força equivalente.

Há propostas. O ex-governador fala em responsabilidade fiscal, segurança jurídica, redução do custo Brasil, competitividade, educação e combate ao crime organizado. O conjunto, porém, surge de forma fragmentada, geralmente em encontros setoriais ou como complemento aos ataques contra os adversários.

Segurança pública é a única área que já funciona como marca nacional do candidato. Caiado apresenta a redução dos índices de criminalidade em Goiás, a integração das forças policiais e o enfrentamento às facções como prova de que seu modelo pode ser levado ao restante do país. É uma credencial concreta, mas insuficiente para sustentar

uma candidatura presidencial. O Brasil não é uma versão ampliada de Goiás.

O país exige respostas para crescimento econômico, desigualdade regional, saúde, educação, infraestrutura, transição energética, política industrial, relações exteriores e reforma do Estado. Também exige articulação com um Congresso fragmentado e governadores que administram realidades distintas.

Caiado pode usar Goiás como demonstração de método. Não pode tratá-lo como programa pronto.

A experiência estadual oferece matéria-prima para uma candidatura própria. O equilíbrio fiscal permite discutir eficiência e prioridades. A educação abre uma agenda sobre desempenho e gestão. A segurança dá ao candidato uma identidade que os adversários não ocupam da mesma forma. O agronegócio fornece

base para tratar de produtividade, exportações e infraestrutura.

Até agora, esses elementos aparecem mais como currículo do que como visão de país. Esse é o desafio de Caiado. Ele não precisa apenas provar que é melhor do que Lula ou mais preparado do que Flávio. Precisa mostrar o que mudaria na vida de um trabalhador do Nordeste, de um empresário do Sudeste, de um agricultor do Centro-Oeste ou de uma família da periferia.

Também precisa explicar como governaria um país no qual o PSD mantém alianças diferentes em cada estado. A legenda oferece recursos, tempo de televisão, prefeitos, parlamentares e a habilidade de Gilberto Kassab. Não entrega automaticamente uma militância nacional nem palanques inteiramente comprometidos com o candidato. Então, Lavareda revela que

existe uma janela aberta. Parte do mercado e do empresariado pode enxergar em Caiado uma alternativa mais competitiva para a direita. Mas essa expectativa externa não substitui a construção política que cabe ao candidato. Uma candidatura presidencial não pode existir apenas como reserva para o fracasso alheio. Caiado tem trajetória, experiência e resultados para reivindicar um espaço que não pertence nem ao petismo nem à família Bolsonaro. Mas essa possibilidade ainda é uma hipótese, não uma realidade construída. Para transformá-la em campanha, terá de abandonar a condição de comentarista dos favoritos e apresentar uma ideia de Brasil reconhecível sem que Lula e Flávio apareçam. O confronto pode abrir caminho. Goiás pode oferecer credenciais. Nenhum dos dois substitui um projeto nacional.

Eleições 2026

Senador Canedo

busca por mais uma cadeira na Alego

Com mais de 95 mil eleitores aptos a votar em 2026, município amplia peso político e pode ter até cinco nomes na corrida para garantir mais uma cadeira no Legislativo goiano

» Arthur Oliveira*

A cidade de Senador Canedo quase dobrou o número de eleitores nos últimos 16 anos. Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que a cidade terá 95.323 eleitores aptos a votar nas eleições de 2026. O número representa um aumento de 85,3% em relação a 2010, quando o município possuía 51.433 eleitores. Na comparação com as eleições de 2022, o crescimento foi de 13,5%. Além de concentrar quase 2% do eleitorado, o município é uma das regiões com maior desenvolvimento econômico do estado.

Apesar de ser uma das cidades que mais cresceram no critério populacional na Região Metropolitana de Goiânia, Senador Canedo conta atualmente com apenas um representante na Assembleia Legislativa, o deputado estadual licenciado Júlio Pina (Solidariedade).

O tamanho dos eleitores aptos a votarem nas eleições deste ano é semelhante ao de Trindade, que possui 95.993 eleitores e elegeu dois deputados estaduais em 2022, sendo eles Cristiano Galindo (Solidariedade) e o Dr. George Moraes (MDB). A última vez que Senador Canedo teve dois parlamentares ocupando cadeiras na Alego foi entre

2021 e 2022, quando o então suplente Sérgio Bravo (Mobiliza) assumiu o mandato após a cassação do deputado Vinícius Cirqueira. Desde então, a cidade voltou a ter apenas um representante.

Pré-candidatos

A tendência para 2026 é de uma disputa concentrada entre lideranças conhecidas do município, mas também marcada pelo surgimento de novos nomes. Até o momento, pelo menos cinco pré-candidaturas ganham força nos bastidores.

O deputado estadual licenciado Júlio Pina (Solidariedade) buscará a reeleição. Eleito em 2022 com cerca de 8% do eleitorado, Pina tenta renovar o mandato apostando

na continuidade do trabalho desenvolvido na Assembleia e na manutenção de sua base eleitoral no município.

Outro nome confirmado é o do ex-prefeito Mizael Oliveira, que retorna à disputa estadual com o respaldo do prefeito canedense, Fernando Pellozo (União Brasil). Após a desistência da primeira-dama Simone Assis, que chegou a ser apontada como candidata, o grupo liderado pelo prefeito Fernando Pellozo decidiu concentrar esforços na candidatura de Mizael, fortalecendo um único projeto para representar o Executivo municipal na Alego.

O ex-vereador Carpegiane Silvestre também aparece entre os nomes cotados para disputar uma vaga na As-

sembleia. Ele foi reeleito vereador de Senador Canedo nas eleições municipais de 2020 pelo Democratas (atual União Brasil), com 1.080 votos, conquistando o segundo mandato consecutivo na Câmara Municipal. Durante a legislatura, presidiu o Legislativo no biênio 2021/2022 e, posteriormente, foi reconduzido ao comando da Mesa Diretora para o biênio seguinte, após eleição antecipada e decisão judicial que manteve sua permanência no cargo.

Além de Carpegiane, outro nome busca retornar a um cargo no legislativo, é o caso do ex-deputado Sérgio Bravo (Mobiliza). Ao longo da carreira, exerceu quatro mandatos consecutivos na Câmara Municipal antes de conquis-

tar uma cadeira na Alego em 2014, com 8.607 votos. Em 2018, foi reeleito deputado estadual com 16.975 votos. Em 2022, tentou um novo mandato, mas não conseguiu se eleger, apesar de ter recebido 3.190 votos.

Além das lideranças tradicionais, a eleição deve marcar a estreia do empresário Samuel Carvalho (Republicanos) na disputa por um cargo eletivo. Dono da empresa Viação Carvalho, conhecida no município pelo comércio de veículos, Samuel ganhou visibilidade nas redes sociais nos últimos meses ao produzir conteúdos sobre compra e venda de automóveis de leilão. Agora, pretende transformar essa popularidade em capital político.



Da esquerda para a direita, os pré-candidatos à Assembleia Legislativa por Senador Canedo: Júlio Pina, Mizael Oliveira, Carpegiane Silvestre, Sérgio Bravo e Samuel Carvalho

Votos pulverizados favoreceram candidatos de fora

A dificuldade histórica de Senador Canedo em ampliar sua bancada estadual pode estar relacionada à pulverização dos votos entre candidatos locais. Nas eleições de 2022, os quatro principais nomes da cidade dividiram o eleitorado canedense. Júlio Pina recebeu 4.442 votos; Mizael Oliveira obteve 3.861; Sérgio Bravo conquistou 3.190 votos.

Já o candidato mais votado foi o então filiado ao

PDT, Divino Lemes, que recebeu 4.706 votos, o equivalente a 7,94% dos votos válidos no município. Apesar do desempenho expressivo na cidade, o ex-prefeito de Senador Canedo não alcançou votação suficiente no conjunto do Estado para conquistar uma cadeira na Alego. Em 2024, concorreu à Prefeitura e terminou a eleição em quarto lugar, com 4.077 votos, o equivalente a 5,90% dos votos válidos. Fi-

cando atrás do prefeito reeleito Fernando Pellozo, da doutora Cristiane Pina e de Izaura Cardoso. Até o momento, o ex-prefeito não declarou se pretende concorrer novamente como deputado estadual.

Peso político

Com cerca de 155 mil habitantes e um dos maiores ritmos de crescimento populacional de Goiás, Senador Canedo vem consolidando

sua importância econômica e eleitoral. Esse avanço faz com que lideranças locais defendam que a cidade tenha uma representação mais robusta na Assembleia Legislativa, especialmente para ampliar a destinação de recursos estaduais e fortalecer a defesa de demandas relacionadas à infraestrutura, mobilidade, saúde e educação.

A definição oficial dos candidatos dependerá

das convenções partidárias, que ocorrem até dia 5 de agosto próximo. Até lá, o cenário permanece aberto, mas a expectativa é de uma das disputas mais concorridas da história política de Senador Canedo, com o município tentando, novamente, conquistar uma segunda cadeira na Alego.

* Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia.

Eleições 2026



Daniel Vilela lidera a disputa com 37% das intenções de voto na estimulada, mostra Quaest

Quaest mostra que Daniel Vilela pode ser reeleito já no 1º turno

Único a crescer, governador alcança 50,7% dos votos válidos e, pela primeira vez, soma mais intenções de voto que seus adversários somados

» Da Redação

Pela primeira vez, a pesquisa Quaest mostra que a eleição para o governo de Goiás pode ser encerrada no primeiro turno, em 4 de outubro. Os números divulgados nesta quin-

ta-feira (30) apontam ampla vantagem do governador e pré-candidato à reeleição Daniel Vilela (MDB) sobre seus principais adversários, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e o senador Wilder Moraes (PL).

Daniel Vilela lidera a disputa com 37% das inten-

ções de voto na estimulada. Somados, todos os concorrentes do emedebista alcançam 36% – Marconi tem 21%, Wilder 11%, Luis Cesar Bueno (PT) 3% e Cintia Dias (Psol) 1%. Em votos válidos, excluindo brancos, nulos e eleitores indecisos, Daniel tem 50,7% e os adversários 49,3%.

A expectativa de um desfecho da eleição no primeiro turno ocorre, principalmente, pela evolução dos números. Em abril, a Quaest mostrava cenário em que Daniel Vilela tinha 33%, Marconi com os mesmos 21% e Wilder com 9%. A deputada Adriana Accorsi (PT) aparecia com 10%. Juntos, os adversários do emedebista somavam 40%. De lá para cá, Daniel Vilela cresceu 4 pontos percentuais, Wilder oscilou, Marconi permaneceu estagnado e o PT, sem Adriana, perdeu espaço.

Potencial

A Quaest também mostra que Daniel Vilela tem margem para seguir crescendo com o andamento da campanha. O governador tem o maior potencial de votos e a menor rejeição entre os principais concorrentes. Dos entrevistados, 50% afirmam que conhecem e podem votar no

emedebista, 20% conhecem e não votam. Outros 30% ainda não conhecem o atual governador.

Mais conhecido entre os pré-candidatos, Marconi é rejeitado por 46%, que o conhecem e não votam nele. 38% consideram votar e 16% disseram não conhecê-lo. Já o senador Wilder é desconhecido por 62% dos goianos, rejeitado por 21% e tem potencial de voto de 17%. Se a rejeição barra o tucano, o enorme desconhecimento impede o avanço do senador.

A Quaest entrevistou 1.104 eleitores entre os dias 24 e 28 de julho. O levantamento tem margem de erro estimada em 3 pontos percentuais, para mais ou para menos, e nível de confiança de 95%. Contratada pela Genial Investimentos, a pesquisa foi registrada na Justiça Eleitoral e protocolada sob os números BR-08063/2026 e GO-01701/2026.

Governo de Daniel Vilela é aprovado por 64%, aponta Genial/Quaest

O governo de Daniel Vilela (MDB) é aprovado por 64% dos eleitores goianos, segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quinta-feira (30). O levantamento mostra que 12% desaprovam a gestão, enquanto 24% não souberam ou preferiram não responder.

Na avaliação da administração estadual, 53% classificam o governo como positivo, 28% o consideram



Entre as áreas de atuação, a Segurança Pública segue como o setor mais bem avaliado pelos entrevistados

regular e apenas 4% avaliam a gestão de forma negativa. Outros 15% não souberam ou não responderam ao questionamento.

Entre as áreas de atuação, a Segurança Pública segue como o setor mais bem avaliado pelos entrevistados: 70% consideram o desempenho positivo, 19% o classificam como regular e 11% como negativo. Educação e Atração de Empresas aparecem empa-

tadas na segunda colocação, ambas com 64% de avaliação positiva, 19% de regular e 10% de negativa. Na sequência está Habitação, considerada positiva por 57% dos entrevistados, regular por 31% e negativa por 10%.

Daniel Vilela assumiu o Governo de Goiás em 31 de março deste ano, após a renúncia de Ronaldo Caiado (PSD) para disputar a Presidência da República.

Eleições 2026

Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

TSE faz parceria com plataformas digitais

Objetivo é fortalecer o combate à desinformação; advogado espera agilidade na remoção de fake news

» Carla Borges

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) firmou parceria com as maiores plataformas digitais para ações de combate à desinformação nas eleições gerais deste ano. O anúncio foi feito na segunda-feira (27), depois de firmados memorandos de entendimento com as empresas Meta, X, Telegram, ByteDance (TikTok), Joyo Tecnologia (Kwai), LinkedIn e Google Brasil. Na quarta-feira (29), o TSE publicou nova portaria para orientar a atuação dessas plataformas durante o período eleitoral. Ela traz regras que devem ser cumpridas na elaboração de um plano de conformidade por parte de todas as empresas com mais de 5 milhões de usuários.

Agora, essas big techs têm prazo até 16 de agosto para entregarem seus planos de trabalho à Justiça Eleitoral. Eles devem conter compromissos de monitoramento, indicação de metodologia de coleta de dados e periodicidade de checagem. De acordo com a portaria, devem ser adotadas ações para atuação preventiva contra a violência política de gênero, monitoramento de propaganda irregular, metodologia de fornecimento de dados ao TSE, veiculação de conteúdo explicativo e – o mais importante, em termos de efeito prático – a

remoção de conteúdo e suspensão de contas.

Para o advogado Rafael Maciel, especialista em Direito Digital, o que se busca, com essa parceria com as plataformas, é agilidade na remoção de conteúdos falsos e na identificação dos responsáveis, inclusive para a suspensão de contas usadas para disseminação de fake news no processo eleitoral. “São parcerias bem-vindas, que têm funcionado, porque ajudam no sentido de que uma solicitação seja atendida de forma mais rápida, além de ser recebida por canais específicos”, analisa. “Até porque a eleição tem um período curto e o impacto da desinformação é muito alto, então eles precisam agir rapidamente”, acrescenta.

Outras parcerias que a Justiça Eleitoral faz é para o cumprimento da Resolução 23.755, que dispõe sobre a propaganda eleitoral nas eleições de 2026 e também fala do uso de inteligência artificial. “Ela prevê parcerias com universidades, com institutos, para poder fazer a avaliação técnica, para agilizar essas análises. Porque imagina só se não tivesse esses mecanismos: para entender se aquele conteúdo de fato foi manipulado, teria de nomear um perito, esperar o perito apresentar o laudo, mas então a eleição já teria acabado e o dano teria sido feito”, compara Maciel.

Sobre as parcerias, o advogado analisa que ela



Rafael Maciel, especialista em Direito Digital: “Mais agilidade na remoção de conteúdos”

vão funcionar como um facilitador, sem o condão de ser uma solução. “É um elemento a mais para dar agilidade no combate à desinformação, mas há outros mecanismos previstos da legislação para combater a propagação desses conteúdos, ou seja, há uma soma de elementos para contribuir e agilizar na remoção das publicações e ainda para a responsabilização”, enumera o especialista, acrescentando que a velocidade da produção, a disseminação, “sempre serão muito mais rápidas do que o combate”. Para ele, a tendência é de que, uma vez havendo mais fiscalização e punição, naturalmente se

desestime a divulgação de desinformação e de fake news.

Rafael Maciel pondera sobre a capacidade de convencimento que os conteúdos sintéticos possuem para disseminar informações falsas. “São peças que carregam elementos de áudio, vídeo, o personagem ali na situação em que se quer simular, assim, a desinformação passa a ter uma natureza muito mais sofisticada”, alerta. “Esses elementos tornam mais difícil o enfrentamento, acho que é a principal dificuldade”, avalia.

Acordos

Os acordos têm como objetivo desenvolver inicia-

tivas conjuntas voltadas ao combate à desinformação que possa comprometer a legitimidade e a integridade do processo eleitoral.

O memorando de entendimento firmado com a Meta, que abrange os serviços Facebook, Instagram, Threads e WhatsApp, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de julho. Já os memorandos celebrados com as demais plataformas foram publicados nesta segunda-feira (27).

O acordo com a Meta terá vigência de 17 de julho a 31 de dezembro de 2026. Os memorandos firmados com as demais plataformas entram em vigor em 23 de julho e seguem válidos até 31 de dezembro. Em todos os casos, a cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre as partes.

Por meio dos memorandos, o TSE e as empresas parceiras poderão desenvolver iniciativas voltadas à divulgação de informações oficiais sobre as eleições, ao fortalecimento da integridade informacional e à conscientização dos usuários sobre os riscos da desinformação.

As parcerias também permitirão a realização de ações de interesse público relacionadas à promoção da confiança no processo eleitoral, contribuindo para um ambiente informacional mais seguro durante as Eleições Gerais de 2026.

Eleições 2026

“Vídeo de Bolsonaro na convenção do PL é ilegal por si só”

Advogado Rafael Maciel acredita em punição por abuso de poder político, que pode levar à cassação do registro

» Carla Borges

O vídeo produzido com inteligência artificial exibido na convenção do PL que simula o ex-presidente Jair Bolsonaro apresentando seu filho, o senador Flávio Bolsonaro, como seu escolhido para ser candidato a presidente da República, contraria a legislação eleitoral e pode levar a consequências graves, como a cassação do registro da candidatura do senador. A análise é do advogado Rafael Maciel, especialista em Direito Digital, que acredita que a campanha poderá sofrer uma punição pesada por parte da Justiça Eleitoral.

“Há muita confusão das pessoas em relação a esse



Foto: Reprodução de redes sociais

Vídeo feito por IA simula ex-presidente Jair Bolsonaro na convenção do PL

vídeo, dizendo sobre a autorização do próprio Bolsonaro, se ele em algum momento autorizou ou não essa imagem, para tentar ali já criar uma situação talvez de provocar uma, vamos dizer, uma armadilha, porque se ele falar que autorizou, está descumprindo a pena de restrição da

prisão em regime domiciliar”, pontua.

No entanto, para Rafael Maciel, sequer é preciso identificar quem autorizou, nem há necessidade de autorização. “O vídeo é ilícito”, assegura, acrescentando que a resolução do Tribunal Superior Eleitoral relativa às eleições deste ano veda

esse tipo de conteúdo. “O que a resolução diz é o seguinte: qualquer conteúdo sintético, seja com vídeo, com áudio, ou unindo os dois, que utilizar uma pessoa real, fictícia, ou seja, um personagem que se pareça com alguém, tentando parecer um ser humano, está proibido, independentemente da autorização”, esclarece.

“Então, pode ser uma pessoa real, um vídeo, por exemplo, como foi no caso do Bolsonaro, pode ser um vídeo de um artista, não tem nem que se discutir se tem autorização, então já é ilegal por si só”, explica o advogado, acrescentando que a preocupação com a autorização não faz sentido para fim de punição pela legislação eleitoral. “O que vai acontecer

ali é uma punição pesada, que inclusive pode configurar abuso de poder político, podendo levar a impugnação da candidatura, à cassação do registro, já de pronto”, avalia Rafael Maciel. “É algo que vamos ver como vai se desdobrar nos próximos dias”.

Entenda o caso

Durante a convenção nacional do PL (Partido Liberal), ocorrida no sábado (25), que oficializou a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República nas eleições de 2026, foi exibido um vídeo gerado por inteligência artificial com uma mensagem do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Isso que vocês estão vendo aqui não sou eu, isso é uma simulação da minha imagem e da minha voz feita com inteligência artificial”, começa o discurso.

O ex-presidente está preso desde novembro de 2025 por participação em uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Por motivos de saúde, Bolsonaro cumpre pena em prisão domiciliar humanitária, com restrições de comunicação.

ANA BEATRIZ GANHOU MAIS TEMPO PARA BRINCAR COM A FILHA.

Com a metronização em implementação pela Prefeitura de Goiânia, as viagens diárias de ônibus ficaram até 25 minutos* mais rápidas, refletindo na vida da Ana e de milhares de passageiros.

Ana Beatriz Moradora do Parque Oeste Industrial

*Redução de até 25 minutos no deslocamento de ida e volta entre o Jardim Novo Mundo e a Praça A, conforme levantamentos técnicos da SET.



65 SEMÁFOROS INTEGRADOS AO SISTEMA CENTRAL



MONITORAMENTO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



13 KM DO BRT JÁ METRONIZADOS



TRANSPORTE COLETIVO PREMIADO (UITP AWARDS 2026)

Sabemos que ainda há muito a avançar, mas Goiânia já começou a mudar esse caminho.

Secretaria Municipal de ENGENHARIA DE TRÂNSITO - SET



PREFEITURA
GOIÂNIA
GESTÃO QUE RESOLVE

Orçamento Impositivo

Dez entidades concentram R\$ 41,5 milhões em emendas de vereadores em Goiânia

Três maiores beneficiárias reúnem R\$ 20,12 milhões, enquanto dez organizações concentram 46,8% de todo o valor que avançou na Prefeitura

» Lucas de Godoi

Dez entidades concentram R\$ 41,47 milhões das emendas parlamentares acatadas majoritariamente pela pasta da saúde da Prefeitura de Goiânia para 2026. O montante equivale a 46,8% dos R\$ 88,55 milhões que avançaram após meses de ajustes técnicos e de pressão da Câmara Municipal para destravar a execução dos recursos. Do valor global de R\$ 185 milhões a que os vereadores têm direito, ao menos a metade deve ser destinada para ações de saúde pública.

O levantamento da Tribuna considerou os 381 registros publicados no Diário Oficial, com a reunião das diferentes grafias utilizadas para identificar uma mesma instituição. A relação oficial, elaborada pela Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação, apresenta o

número da emenda, o parlamentar responsável, o beneficiário, o valor e o objeto de cada indicação.

O Grupo Futuro – Gestão de Saúde ocupa a primeira posição, com R\$ 7,82 milhões, distribuídos em 12 emendas apresentadas por dez vereadores. As indicações estão voltadas principalmente a consultas, exames, pequenas cirurgias, oftalmologia, catarata e dermatologia, com previsão de estruturas físicas ou móveis, equipamentos e profissionais.

Bruno Diniz, por exemplo, indicou R\$ 1 milhão à organização, dividido entre pequenas cirurgias e atendimento oftalmológico, incluindo procedimentos de catarata. Cabo Senna destinou R\$ 700 mil para oftalmologia, enquanto Fabrício Rosa reservou o mesmo valor para atendimento dermatológico em unidade móvel. O documento registra separadamente as duas indicações de R\$

500 mil apresentadas por Bruno Diniz e a emenda de R\$ 700 mil de Cabo Senna.

Na segunda posição aparece a Associação SOS Vidas, com R\$ 6,20 milhões em 11 emendas apresentadas por seis vereadores. Parte das indicações teve o nome da entidade dividido em duas linhas na publicação, caso das emendas de Lucas Vergílio, destinadas a consultas, exames e ações itinerantes de oftalmologia e saúde da mulher.

Em seguida está a Associação Comunidade Batista, contemplada com R\$ 6,09 milhões por meio de cinco indicações de cinco parlamentares. Juntas, as três primeiras entidades reúnem R\$ 20,12 milhões, o equivalente a 22,7% de todo o valor acatado.

Acatamento ainda não significa repasse

Os valores publicados representam indicações que

foram acatadas para prosseguir na tramitação, mas não significam que os recursos já tenham sido empenhados ou transferidos às entidades.

A execução ainda depende da inexistência de impedimentos técnicos ou legais, da análise dos planos de trabalho, da regularidade das organizações e da celebração dos instrumentos necessários. A própria Lei Orçamentária estabelece que as emendas aprovadas somente serão executadas quando não houver impedimentos.

A lista foi divulgada em meio às convenções partidárias, quando parte dos vereadores se prepara para disputar as eleições de outubro. O acatamento permite aos parlamentares apresentar os projetos contemplados, mas o resultado dependerá da transformação das indicações em atendimentos, atividades e serviços efetivamente entregues à população.

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Governo (SEGOV), informou à reportagem que os processos referentes às emendas impositivas de 2026 estão em andamento, com a análise da documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e dos respectivos planos de trabalho.

Segundo a nota, “após a conclusão dessa etapa e a aprovação dos processos, serão formalizados os termos de fomento, possibilitando a liberação dos recursos nos próximos meses, a execução dos projetos e, posteriormente, a análise das prestações de contas.”

Em relação às emendas acatadas e publicadas recentemente, a SEGOV afirmou que se tratam de emendas remanejadas, cuja análise técnica já foi concluída e que, por atenderem aos requisitos legais e administrativos, tiveram seu acatamento formalizado.

Verba da saúde se concentra em entidades, enquanto rede própria recebe parcela menor

Entre as dez entidades com maior volume, predominam organizações indicadas para executar serviços de saúde por meio de entidades, ao invés de destinarem recursos à rede própria do município. Em janeiro, a Tribuna mostrou que a rede própria de saúde de Goiânia recebeu pouco mais de R\$ 9 milhões, cerca de 5% dos R\$ 185 milhões em emendas impositivas previstas para 2026, embora a legislação determine que metade dos recursos seja aplicada no setor.

Recentemente, o prefeito Sandro Mabel (UB) pediu aos vereadores da base que destinem R\$ 1 milhão de suas emendas à rede própria de saúde de Goiânia, ao afirmar que o município precisa de R\$ 37 milhões adicionais para reforçar unidades como postos de saúde.

O apelo foi uma tentativa de que os recursos passem a ser direcionados diretamente à estrutura pública da Secretaria Municipal de Saúde ao invés de aplicados nas organizações, institutos e entidades privadas conveniadas para a realização de consultas, exames, mutirões e outros atendimentos.

O Instituto Cruzeiro do Sul soma R\$ 3,56 milhões, principalmente para ações de oftalmologia, saúde bucal

e formação de cuidadores de idosos. Duas das indicações apresentadas por Anselmo Pereira destinam R\$ 925 mil para consultas, exames e óculos e R\$ 338,2 mil para a capacitação de cuidadores.

O Instituto Base aparece com R\$ 3,50 milhões, distribuídos em seis emendas apresentadas por seis vereadores. A maior delas, de R\$ 1,4 milhão, foi indicada por Geversson Abel para um programa itinerante de atenção oftalmológica. As demais indicações são de R\$ 150 mil, R\$ 450 mil, R\$ 500 mil, R\$ 500.320 e R\$ 500 mil.

A Sociedade Instituto Curados para Curar recebeu quatro indicações de três parlamentares que totalizam R\$ 2,80 milhões. Entre os objetos estão ultrassonografias e consultas nas áreas de cardiologia, endocrinologia e ortopedia destinadas a usuários que aguardam na fila regulada da Secretaria Municipal de Saúde.

O Instituto Cidadão de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, o Incesc, soma R\$ 2,67 milhões em oito emendas apresentadas por oito vereadores. Entre os objetos estão atendimentos dermatológicos e serviços multiprofissionais nas áreas de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocu-

pacional, inclusive para pessoas neurodivergentes. O documento identifica indicações de Aava Santiago, Coronel Urzêda, Daniela da Gilka, Dr. Gustavo, Henrique Alves, Romário Policarpo, Sanches da Federal e William do Armazém.

Já o Núcleo de Arte e Inclusão do Autista, o Naia, recebeu R\$ 2,58 milhões em 11 indicações apresentadas por nove vereadores. Os projetos preveem atendimentos terapêuticos em áreas como psicologia, terapia ocupacional, musicoterapia, psicomotricidade e arteterapia.

A Brazil Human Animal Non-Governmental Organization recebeu três indicações que somam R\$ 3,73

milhões. Apesar do nome da organização, os objetos relacionados no Diário Oficial são voltados a atendimentos de saúde humana, incluindo consultas, exames e serviços odontológicos e oftalmológicos.

Esporte

A emenda de R\$ 2,5 milhões destinada por Igor Franco ao projeto Formando Águias e Campeões havia sido inicialmente prevista para o Instituto Léo Moura Sports, mas foi redirecionada após a Prefeitura apontar impedimento legal para a execução pela entidade original. O novo beneficiário é presidido por Carlos Eduardo Martins Veras, que atuou como responsável

técnico por planos de trabalho do Léo Moura Sports, inclusive em documentos relacionados a parcerias questionadas pelos órgãos de controle.

Igor Franco afirmou que a nova indicação ocorreu após a impossibilidade de execução pela entidade inicialmente prevista e respeitou as exigências legais e a documentação apresentada. O vereador disse que não participa da gestão das organizações privadas e que cabe à Prefeitura analisar a habilitação da entidade, aprovar o projeto e fiscalizar a aplicação dos recursos, enquanto eventuais vínculos profissionais anteriores devem ser apurados pelos órgãos competentes.

Entidade	Emendas	Autores	Valor
Grupo Futuro – Gestão de Saúde	12	10	R\$ 7.821.608,29
Associação SOS Vidas	11	6	R\$ 6.200.629,02
Associação Comunidade Batista	5	5	R\$ 6.093.216,58
Brazil Human Animal NGO	3	3	R\$ 3.731.608,29
Instituto Cruzeiro do Sul	7	6	R\$ 3.563.536,58
Instituto Base	6	6	R\$ 3.500.320,00
Sociedade Instituto Curados para Curar	4	3	R\$ 2.802.412,43
Incesc	8	8	R\$ 2.673.216,58
Naia Autismo	11	9	R\$ 2.582.216,58
Formando Águias e Campeões	1	1	R\$ 2.501.608,29
Total	68	-	R\$ 41.470.372,64

Fonte: Prefeitura de Goiânia

Goiânia

Prefeitura investe R\$ 12,8 milhões na construção de novas unidades básicas de saúde

USFs Vale dos Sonhos, Santa Fé e Grajaú ampliam estrutura da Atenção Primária, com expectativa de realizar mais de 24 mil atendimentos mensais nas três unidades; gestão prevê ainda mais 30 obras de UBSs

» Da Redação

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), segue investindo na ampliação da Atenção Primária à Saúde (APS) com a construção de três novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Com investimento de R\$ 12,8 milhões, as Unidades de Saúde da Família (USF) Vale dos Sonhos, Santa Fé e Grajaú deverão realizar, por mês, mais de 24 mil atendimentos, além de 32 mil visitas domiciliares.

“A gestão municipal prevê ainda mais 30 obras de UBSs, com o objetivo de ampliar a cobertura da Atenção Primária e fortalecer a Estratégia Saúde da Família em diferentes regiões da capital. As unidades serão mais modernas e preparadas para atender às necessidades da população”, afirma o secretário municipal de Saúde, Luiz Pellizzer.

Vale dos Sonhos e Santa Fé

Com investimento de R\$ 3.117.036,50 e entrega prevista para o final de agosto, a USF Vale dos Sonhos, localizada no Distrito Norte, terá 750 m²

de área edificada, além de estacionamento, área permeável e calçadas. A estrutura contará com cinco consultórios multiprofissionais, dois médicos e três odontológicos, além de farmácia e salas para imunização, coleta, curativos, procedimentos, observação, triagem e atividades coletivas, entre outros ambientes.

Na Região Sudoeste, a USF Santa Fé, que está com 70% da obra concluída e entrega prevista para setembro, recebeu investimento de R\$ 3.267.464,36 e terá estrutura semelhante à unidade do Vale dos Sonhos, também com 750 m² de área edificada. As duas unidades contarão 100% com recursos municipais.

Grajaú

Também localizada no distrito Sudoeste, a UBS Grajaú teve as obras iniciadas neste mês de julho e tem prazo previsto de 18 meses para conclusão. Do valor total de R\$ 6,4 milhões, R\$ 5.169.000,00 são provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério da Saúde, e o restante será custeado pelo município. A unidade ampliará a oferta de serviços de Atenção



Foto: SMS

Com investimento de R\$ 12,8 milhões, novas unidades de saúde deverão realizar, por mês, mais de 24 mil atendimentos

Primária para cerca de 20 mil moradores da região.

Classificada como porte 5, a UBS terá capacidade para abrigar até cinco equipes de Saúde da Família. A estrutura da nova UBS inclui consultórios médicos, odontológicos e multiprofissionais, salas de vacinação, amamentação, inalação, curativos, coleta de exames laboratoriais e telemedicina, além de auditório, área lúdica infantil, recepção com capacidade para 70 pessoas e sala de simulação realística destinada ao treinamento dos profissionais de saúde. O pro-

jeto também prevê soluções sustentáveis, com estrutura

preparada para instalação de painéis fotovoltaicos.



Novas UPAS devem realizar mais de 100 mil atendimentos por mês em Goiânia

A Prefeitura de Goiânia vai ampliar a rede municipal de urgência e emergência com a construção de oito novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que terão capacidade para realizar mais de 100 mil atendimentos por mês. As quatro primeiras unidades receberão investimento de R\$ 75 milhões, dos quais R\$ 15,6 milhões são provenientes de emendas parlamentares. Atualmente, a capital conta com 12 unidades de urgência e emergência, responsáveis por uma média superior a 120 mil atendimentos mensais.

A gestão assumiu a saúde da capital com uma dívida de quase R\$ 5 bilhões, intervenção estadual e uma rede em colapso. Desde o primeiro dia, Mabel afirmou tratar a saúde com prioridade e prometeu reestruturar a rede. Com mais de R\$ 1 bilhão em investimentos em 2025, Goiânia ampliou serviços, aumentou a capacidade

de atendimento e reorganizou assistência em diferentes áreas.

“Um dos nossos compromissos foi a transformação da saúde, e muito já foi feito. Assumimos com um cenário de uma cidade totalmente destruída, com a saúde em intervenção. Mesmo diante de uma dívida de quase R\$ 5 bilhões, o trabalho tem resgatado a confiança do goianiense. Agora, a partir deste ano, entramos em uma nova fase, e oito novas UPAs serão construídas”, afirma Mabel.

Quatro das oito novas unidades que serão construídas já têm nome e endereço: UPA Campinas-Centro, Sudoeste, Noroeste e Oeste. Do valor investido nas obras, 20% serão de emendas do senador Vanderlan Cardoso e dos deputados federais Ismael Alexandrino e Flávia Moraes. Os projetos são para UPA Porte III. “Estamos trabalhando para que cada etapa desses projetos avance com segurança técnica,



responsabilidade na aplicação dos recursos e transparência. Nosso compromisso é garantir que as obras sejam executadas com qualidade e entreguem uma estrutura moderna e eficiente para a população. Vamos entregar serviços concretos e ampliar a capacidade de atendimento, fortalecendo a rede de urgência e emergência de Goiânia”, destaca o secretário municipal de Saúde, Luiz Pellizzer.

As unidades serão equipadas com oito consultó-

rios médicos, um consultório odontológico, recepção, salas de espera, salas de classificação de risco, laboratório, farmácia, salas de coleta de material, raios X, eletrocardiograma e ultrassom, vinte leitos de observação, seis leitos na sala vermelha e sala Lilás, espaço para atendimento a mulheres vítimas de violências. Também terão áreas administrativas e de apoio, como Centro de Material e Esterilização (CME) e almoxarifado.

A arquiteta Geovanna Messias Pires, da Gerência de Infraestrutura e Manutenção da Rede da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), explica que as novas UPAs terão projeto arquitetônico atualizado, desenvolvido pela própria equipe da prefeitura. Segundo ela, o modelo mantém as diretrizes assistenciais do Ministério da Saúde, mas incorpora soluções mais modernas, com fluxos mais eficientes, espaços humanizados e adequações às normas técnicas atuais.

As quatro primeiras unidades estão em fase de elaboração da documentação para licitação, projetos complementares e aprovação na Vigilância Sanitária. A previsão é que a primeira obra comece ainda neste ano e seja concluída em 14 meses. As outras quatro UPAs seguem em fase de definição dos terrenos para o início dos projetos e do processo de licenciamento.

ESCOLA

Foto: Seduc-GO



Novo Plano Estadual de Educação definirá as metas e estratégias que orientarão as políticas públicas de ensino em Goiás pelos próximos dez anos.

Passivo

Goiás discute o futuro da educação enquanto ainda convive com uma enorme dívida educacional acumulada

Estado elabora metas para a próxima década enquanto indicadores revelam baixa escolarização de adultos, déficit na educação infantil e enfraquecimento da Educação de Jovens e Adultos

» Dhayane Marques

Planejar os próximos dez anos da educação em Goiás significa, antes de tudo, enfrentar uma dívida histórica que ainda impede milhões de pessoas de exercer plenamente um direito básico. Enquanto o Estado elabora o novo Plano Estadual de Educação (PEE), que deverá orientar as políticas públicas até 2035, os indicadores revelam que parte significativa da população continua distante da escolarização esperada e que muitos dos desafios previstos no plano anterior permanecem sem solução.

O cenário vai muito além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 45,2% da população goiana com 25 anos ou mais ainda não concluiu a educação básica obrigatória, o equivalente a aproximadamen-

te 2,1 milhões de pessoas. O dado revela que quase metade da população adulta do Estado carrega consequências de um processo educacional interrompido, com impactos diretos sobre empregabilidade, renda e desenvolvimento social.

Ao mesmo tempo, o acesso à educação continua desigual desde a primeira infância. Em 2023, apenas 26,6% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam creches, percentual muito abaixo da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação. Entre crianças de 4 e 5 anos, a frequência escolar alcançou 89,4%, ainda distante da universalização prevista. Já entre jovens de 15 a 17 anos, a taxa de escolarização chegou a 91,6%, mas despensa nas faixas seguintes: apenas 28% das pessoas entre 18 e 24 anos ainda estudavam e, entre aqueles com 25 anos ou mais, o índice era de apenas 4,9%.

É diante desse diagnóstico que Goiás constrói o

novo Plano Estadual de Educação, sucedendo o documento instituído pela Lei nº 18.969/2015, prorrogado até o fim de 2025. O plano reúne 21 metas voltadas à ampliação do acesso, redução das desigualdades, melhoria da qua-

lidade do ensino e valorização dos profissionais da educação. O 3º Relatório de Monitoramento e Avaliação do PEE pode servir como principal base técnica para definir as prioridades da próxima década, utilizando dados do IBGE,

Inep, Censo Escolar, PNAD Contínua, Instituto Mauro Borges e Goiás 360 para identificar avanços e metas ainda não alcançadas.

Planejar exige conhecer a realidade



O Plano Estadual de Educação precisa partir de um diagnóstico consistente da realidade goiana.

Maria Margarida Machado,
professora da Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Para a professora Maria Margarida Machado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), integrante do grupo responsável pela elaboração das metas da Educação de Jovens e Adultos no novo plano,

o principal desafio é romper com uma tradição de planejamento baseada apenas em intenções.

“O Plano Estadual de Educação precisa partir de um diagnóstico consistente da realidade goiana. Não podemos elaborar metas sem conhecer quem são essas pessoas, onde elas vivem e quais são as necessidades educacionais de cada território”, explica Machado.

Segundo ela, o retrato educacional do Estado ainda revela uma exclusão expressiva. Goiás possui aproximadamente 531 mil pessoas com mais de 25 anos sem instrução ou com menos de cinco anos de estudo, cerca de 838 mil pessoas que não concluíram a educação básica e mais de 200 mil pessoas com 15 anos ou mais que ainda não foram alfabetizadas.

Para a pesquisadora, esses indicadores demonstram que o novo plano precisa abandonar soluções pontuais e consolidar políticas permanentes.

“O trabalho busca transformar dados em políticas públicas. Não basta reconhecer que existe um problema. Precisamos es-

tabelecer metas, responsabilidades e estratégias que permitam enfrentar essa realidade ao longo dos próximos dez anos”, destaca.

Na avaliação da especialista, a elaboração do novo plano representa uma oportunidade de alinhar as políticas estaduais

às necessidades reais dos municípios, considerando as diferenças regionais e o perfil da população que permaneceu fora da escola.

A EJA encolhe enquanto a demanda permanece

Se os indicadores mostram milhões de brasileiros e goianos sem concluir a educação básica, outro fenômeno chama a atenção: a redução contínua da oferta da Educação de Jovens e Adultos.

Na última edição do Caderno de Educação, a Tribuna do Planalto mostrou que o Brasil ainda convive com uma das maiores dívidas sociais de sua história. Levantamento da Rede EJA e Inclusão Produtiva revelou que cerca de 64 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais não concluíram a educa-

ção básica, o equivalente a 37,3% da população nessa faixa etária.

Informação Técnico-Jurídica publicada pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO) afirma que as matrículas da EJA caíram de cerca de cinco milhões em 2007 para aproximadamente 2,4 milhões em 2024, apesar da permanência de um grande contingente de pessoas sem escolaridade básica. O documento destaca que a modalidade continua sendo essencial para garantir o direito constitucional à educação daqueles que não tiveram acesso ou interrom-

peram os estudos na idade adequada.

O MP-GO aponta que essa redução resulta de fatores como baixo investimento público, ausência de formação específica para docentes, impactos da pandemia e fechamento de turmas, muitas vezes motivado pelo baixo número de estudantes matriculados, sem que o poder público realize busca ativa da população que precisa da modalidade.

O diagnóstico também evidencia desigualdades na própria oferta do serviço. Segundo levantamento baseado no Censo

Escolar 2024, 97 municípios goianos, o equivalente a cerca de 40% do Estado, não ofertavam nenhuma vaga de Educação de Jovens e Adultos nas redes municipal ou estadual.

Para o Ministério Público, garantir o acesso à EJA não é uma decisão facultativa da administração pública. O documento ressalta que cabe ao Estado realizar busca ativa das pessoas que não concluíram a educação básica e assegurar a oferta da modalidade, lembrando que existem recursos federais destinados a essa política pública.

O novo plano chega com metas mais ambiciosas

A elaboração do Plano Estadual (PEE) ocorre em um momento de mudanças na política educacional brasileira. O Congresso Nacional aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que substitui o modelo anterior de 20 metas por uma estrutura composta por 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias.

Na avaliação do Todos Pela Educação, o novo plano amplia o foco sobre qualidade da aprendizagem e equidade, estabelecendo metas para expansão das creches, alfabetização na idade certa, redução das desigualdades educacionais, melhoria da aprendizagem, fortalecimento da Educação Profissional e da Educação

de Jovens, Adultos e Idosos.

A organização considera que o novo PNE representa um avanço por incorporar mecanismos mais robustos de monitoramento, projeções específicas para estados e municípios, planos periódicos de ação e maior articulação federativa.

No entanto, faz um alerta: aprovar metas não garante resultados.

Segundo o Todos Pela Educação, “a efetividade do novo PNE dependerá, sobretudo, do compromisso político e da formulação, implementação e sustentação de políticas educacionais estruturantes”. A entidade também defende que o acompanhamento das metas seja permanente, envolvendo governos, órgãos de controle, sociedade civil e imprensa.

Diagnóstico não pode substituir ação

A construção do novo Plano Estadual de Educação também dialoga com o Sistema Nacional de Educação, instituído pela Lei Complementar nº 220/2025, que fortalece o regime de colaboração entre União, estados e municípios e cria mecanismos para integrar dados educacionais por meio do CPF como identificador único do estudante.

Na prática, isso permitirá acompanhar a trajetória escolar desde a educação infantil até o ensino superior, facilitando políticas de combate à evasão e ao abandono escolar.

Para Maria Margarida Machado, porém, nenhum instrumento será suficiente se permanecer apenas no papel.

“O Brasil já possui uma legislação bastante

avançada em relação ao direito à educação. O problema é transformar esse direito em realidade. Não podemos continuar produzindo planos que não são acompanhados nem executados. O novo plano precisa orientar políticas públicas concretas e permanentes”, destaca a pesquisadora.

Ao final de uma década de vigência do Pla-

no Estadual de Educação, Goiás conhece com precisão os principais gargalos do sistema educacional. O desafio agora não é produzir um novo diagnóstico, mas fazer com que ele oriente decisões, investimentos e políticas capazes de reduzir uma dívida histórica que ainda mantém milhões de goianos longe da escolarização plena.

Revisão é a chave na reta final do Enem

Faltando menos de três meses para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), especialistas orientam que os estudantes mudem o foco da preparação. Em vez de tentar aprender uma grande quantidade de conteúdos inéditos, a recomendação é consolidar os conhecimentos já adquiridos ao longo da

Educação Básica, fortalecendo a base necessária para enfrentar a prova com mais segurança.

Na reta final, a revisão dos conteúdos essenciais, aliada à resolução de exercícios, simulados e provas de edições anteriores, torna-se uma estratégia mais eficiente. Além de identificar lacunas na aprendizagem, essa

prática ajuda o candidato a desenvolver rapidez de raciocínio, interpretar enunciados extensos e administrar melhor o tempo durante o exame.

Para o professor de matemática do Grupo Eureka, Valdir Carlos da Silva, o desempenho no Enem depende não apenas do domínio do conteúdo, mas também

da capacidade de aplicar o conhecimento em diferentes situações. Segundo ele, uma preparação planejada, com metas realistas e treino constante, contribui para reduzir a ansiedade e aumentar a confiança dos estudantes diante de uma prova que, para muitos, representa a principal porta de acesso ao ensino superior.



Planejamento ajuda a economizar na compra do material escolar

Com a proximidade do retorno às aulas, a compra do material escolar volta a fazer parte do orçamento de milhares de famílias. Pesquisar preços, reaproveitar itens em bom estado e definir um limite de gastos antes de ir às compras são estratégias que ajudam a reduzir despesas sem comprometer a qualidade dos produtos.

Confira cinco dicas para economizar:

Reaproveite o que ainda pode ser usado

Antes de comprar novos materiais, verifique o que sobrou do ano anterior. Mochilas, estojos, tesouras, régua e lápis de cor muitas vezes podem ser reutilizados.

Pesquise antes de comprar

Os preços variam entre papelarias, supermercados, atacadistas e lojas virtuais. Comparar valores e condições de pagamento pode gerar uma boa economia.

Defina um orçamento

Estabelecer um valor máximo para a compra evita gastos desnecessários e ajuda a manter o controle financeiro da família.

Priorize qualidade e durabilidade

Nem sempre o item mais barato oferece o melhor custo-benefício. Produtos mais resistentes costumam durar todo o ano letivo e reduzem a necessidade de reposição.

Aproveite para ensinar educação financeira

Envolver as crianças na escolha dos materiais é uma oportunidade para conversar sobre consumo consciente, prioridades e planejamento, incentivando hábitos financeiros responsáveis desde cedo.



Ancelotti começa um novo ciclo na seleção brasileira

O técnico da seleção brasileira, Carlo Ancelotti, retornou ao Brasil e se reuniu com a comissão técnica na sede da CBF para iniciar o planejamento do novo ciclo visando a Copa do Mundo de 2030. Segundo Ancelotti, o foco principal é a montagem de um novo time e a observação de jovens atletas com potencial de vestir a camisa da seleção brasileira com foco na próxima Copa do Mundo. Nesta nova fase, Ancelotti não pretende continuar convocan-

do jogadores com idade não compatível com as exigências de uma competição de alto nível como é a Copa do Mundo.

Se antecipando a esta decisão do técnico Carlo Ancelotti, Neymar anunciou que não pretende mais jogar pela seleção brasileira. Disse que já deu sua contribuição e não tem mais motivação para continuar defendendo o selecionado nacional. Na verdade, preferiu pedir para sair antes de ser convidado a sair. Ney não deveria sequer ser convo-

cado para a última Copa, foi por conta dos interesses que existem no ambiente das convocações da CBF. Não jogou na seleção, assim como não joga no Santos. A renovação proposta por Ancelotti tem que passar pelas categorias de base, assim como faz a Espanha, que chegou ao título com um grupo de jogadores que atua junto há muitos anos.

Ancelotti está de volta à seleção brasileira, mas em situação diferente daquela que encontrou quando foi contra-



Fotos: Divulgação

Ancelotti volta das férias para renovar a seleção brasileira

tado. Chegou com uma grande expectativa dos brasileiros em ver a seleção campeã novamente. Não conquistou o hexa, e fez uma campanha horrível, uma das piores dos últimos trinta anos em Copas do Mundo. Por aqui, muita gente queria ver Ancelotti fora da seleção. Ele recebeu convite da Seleção

italiana e recusou, negou o até o pedido de sua esposa para deixar o Brasil. Tem sentido, seu contrato foi renovado até 2030 antes mesmo do fracasso nos Estados Unidos. Vai recusar um contrato de R\$ 5 milhões/mês acrescidos de muitas outras regalias? Claro que não. Pior para a seleção brasileira.

Ainda sem reforços, Atlético melhora desempenho na Série B

O Atlético Goianiense ainda não conseguiu resolver a situação do Transfer Ban, que o impede de regularizar os oito jogadores contratados na janela aberta no início do mês de julho. Mesmo sem os reforços, o time melhorou seu desempenho nas últimas partidas e já incomoda os integrantes do G6 da Série B. A recuperação do Dragão na competição coincidiu com a contratação do técnico Roger Silva, que chegou desacreditado por ser ainda pouco conhecido no cenário do futebol nacional, mas a partir de sua estreia, o Atlético não perdeu mais na série B e hoje ocupa a sétima colocação, com 31 pontos, deixando para trás o Goiás, em nono lugar, e encostando no Vila Nova, atualmente na quinta posição na tabela da série B.

Os oito atletas contratados e que aguardam regularização são Yuri Silva (lateral esquerdo), Daniel Peixoto, Henrique Guimarães e Netinho (volantes), David Terans (meia-atacante), Matheuzinho, Gustavo Maia e João Pedro (atacantes). Com os reforços, o Atlético passa a contar com 35 jogadores, ou seja, o técnico Roger Silva tem em mãos um elenco com possibilidade de formar três times diferentes, caso tenha necessidade de alternar jogadores em campo, de acordo com a característica de cada partida. O técnico atleticano tem a "dor de cabeça" que todo treinador gosta, ou seja, a dificuldade para escalar sua equipe com tantos jogadores de qualidade. É o caso de David Terans, que, por suas qualidades e seu currículo, precisa encontrar um lugar no time para jogar. Problema do técnico...

O centroavante Léo Jacó perdeu espaço com a chegada de Gustavo Coutinho e não deve permanecer no Atlético para a sequência da Série B. As negociações estão avançadas para que o atacante seja emprestado ao futebol português, onde deve ganhar mais minutagem. Contratado em 2026, Jacó disputou 38 partidas com a camisa atleticana e marcou oito gols durante sua passagem pelo Dragão. O atacante se destacou nas categorias de base do Vasco da Gama, que não demonstrou interesse em sua permanência. Foi contratado pelo Atlético e chegou despertando uma grande expectativa em torno de seu futebol. Começou marcando gols, depois caiu de produção.



Léo Jacó está sendo negociado com o futebol português

Vila Nova cai na tabela com derrotas sucessivas fora de casa

O Vila, que já ostentou a primeira colocação da série B em várias, caiu para 5ª colocação depois dos seguidos resultados negativos jogando fora do Onésio Brasileiro Alvarenga. Em casa, o Tigre é imbatível até agora, está invicto com um aproveitamento superior a 85%, mas não pode sair de Goiânia que é derrotado. Essa alternância de resultados não credencia o Colocado a sonhar com uma vaga na elite do futebol brasileiro. A série B é muito competitiva, é preciso continuar vencendo os jogos em casa, mas também é imperativo que a equipe conquiste pontos em outras praças.

O próximo jogo do Vila é no Onésio Brasileiro Alvarenga, contra o Sport Recife, adversário difícil, no dia 8 de agosto. Embora jogando em casa, onde é imbatível até o momento, vai enfrentar um adversário muito qualificado, que não está bem posicionado na tabela de classificação mas tem potencial para brigar entre os primeiros colocados nesta série B. Depois deste jogo, o Vila terá o Atlético Goianiense pela frente, em jogo marcado para o estádio Antônio Accioly. É em Goiânia, mas fora do OBA. E vai enfrentar um adversário em crescimento, lutando por uma das vagas no G6. O Vila tem que ficar atento, caso contrário, pode entrar em uma descendência muito perigosa.



Foto: Roberto Corrêa / VNFC

Vila precisa somar pontos fora do OBA, se pretende subir

✓ O Goiânia, quem diria, é o vice-líder do campeonato goiano, Divisão de Acesso, atrás apenas do Rio Verde, que também tem 100% de aproveitamento na competição.

✓ No último final de semana, o Galo derrotou o Grêmio Anápolis por 2 a 1, no estádio Aníbal Batista de Toledo, onde o Goiânia manda seus jogos. No Mozart Veloso do Carmo, o Rio Verde derrotou o

Tupy, de Jussara, por 1 a 0, gol de Yuri Tanque, ex-Anapolina.

✓ Quase sete mil pessoas compareceram no "Velosão", para prestigiar o time de Rio Verde, fazendo um belíssimo espetáculo, com muitos fogos de artifício. Público semelhante aos jogos envolvendo Goiás, Vila Nova e Atlético na série B.

✓ Depois da folga prolongada, jogadores do Goiás voltam a campo para

iniciar os treinamentos visando o próximo jogo na série B contra o Londrina, dia 10 de agosto, na Serrinha.

✓ O zagueiro Luiz Felipe e o atacante Kadu Souza ficam à disposição do treinador Mozart Santos para esta partida, jogo importante para as pretensões do time esmeraldino na competição.

✓ O Atlético Goianiense deixou de ser o pior goiano na série B para ser

o melhor na competição. E nem estreou os oito reforços contratados, que aguardam regularização junto ao Boletim da CBF.

✓ O Dragão já é o mais forte concorrente entre os goianos para conquistar uma vaga na elite do futebol brasileiro. O Vila, apesar de estar melhor colocado do que o Atlético, vem em segundo lugar nas projeções para o acesso. O Goiás tem as menores chances de acesso.